

MINORIAS LINGUÍSTICAS E TERRITÓRIO: O PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO DE PESSOAS SURDAS EM REGIÕES DE BAIXA DENSIDADE DEMOGRÁFICA

LINGUISTIC MINORITIES AND TERRITORY: THE SOCIOLINGUISTIC PROFILE OF DEAF PEOPLE IN SPARSELY POPULATED REGIONS

MINORÍAS LINGÜÍSTICAS Y TERRITORIO: EL PERFIL SOCIOLINGÜÍSTICO DE LAS PERSONAS SORDAS EN REGIONES ESCASAMENTE POBLADAS

Paulo Henrique Pereira

Universidade de São Paulo, Brasil

Marceli Lucia Paveglia Romeu

Universidade Federal do Pampa, Brasil

Daniel Lopes Romeu

Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Pelotas, Brasil

Katiuscia da Silva Avila

Universidade Federal do Rio Grande, Brasil

Ana Carolina Raimundo

Instituto Federal Goiano, Brasil

Ramon Dias de Araújo

Instituto Nacional de Educação de Surdo, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i2.515> Publicado em: 04.02.2026

Resumo: A relação entre língua, território e poder constitui um eixo central para a compreensão das minorias linguísticas, especialmente quando se analisa a situação sociolinguística de pessoas surdas em regiões de baixa densidade demográfica. Historicamente, os estudos sobre surdez e políticas linguísticas têm privilegiado contextos urbanos, desconsiderando as especificidades territoriais que condicionam o acesso à língua de sinais e à educação bilíngue em áreas rurais e pouco povoadas. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o perfil sociolinguístico de pessoas surdas que vivem em contextos de baixa densidade populacional, articulando os conceitos de minorias linguísticas, território e poder. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza teórica e bibliográfica, fundamentada em contribuições da sociolinguística crítica, dos estudos surdos e das políticas linguísticas. Os resultados evidenciam que a dispersão geográfica, a fragilidade das redes sociais surdas e a centralização urbana das políticas públicas produzem trajetórias linguísticas marcadas por aquisição tardia da língua de sinais, repertórios comunicativos híbridos e limitada participação social. Conclui-se que as



desigualdades sociolinguísticas enfrentadas por pessoas surdas em regiões de baixa densidade demográfica não decorrem de déficits individuais, mas de condições estruturais e territoriais que demandam políticas linguísticas e educacionais territorialmente sensíveis, comprometidas com a garantia dos direitos linguísticos e com o reconhecimento da diversidade sociolinguística.

Palavras-chave: Minorias linguísticas. Pessoas surdas. Território. Perfil sociolinguístico. Direitos linguísticos.

Abstract: The relationship between language, territory, and power is central to understanding linguistic minorities, particularly when analyzing the sociolinguistic situation of deaf people living in regions of low population density. Historically, studies on deafness and language policies have focused mainly on urban contexts, overlooking the territorial conditions that shape access to sign language and bilingual education in rural and sparsely populated areas. In this context, this article aims to analyze the sociolinguistic profile of deaf individuals living in low-density population regions, drawing on the concepts of linguistic minorities, territory, and power. Methodologically, this is a theoretical and bibliographic study grounded in critical sociolinguistics, deaf studies, and language policy research. The findings indicate that geographic dispersion, weak deaf social networks, and the urban-centered nature of public policies result in linguistic trajectories marked by late sign language acquisition, hybrid communicative repertoires, and limited social participation. It is concluded that the sociolinguistic inequalities experienced by deaf people in low-density regions are not the result of individual deficits but of structural and territorial conditions, highlighting the need for territorially sensitive language and educational policies committed to linguistic rights and sociolinguistic diversity.

Keywords: Linguistic minorities. Deaf people. Territory. Sociolinguistic profile. Linguistic rights.

Resumen: La relación entre lengua, territorio y poder constituye un eje central para la comprensión de las minorías lingüísticas, especialmente al analizar la situación sociolingüística de las personas sordas en regiones de baja densidad demográfica. Históricamente, los estudios sobre la sordera y las políticas lingüísticas han privilegiado los contextos urbanos, dejando de lado las especificidades territoriales que condicionan el acceso a la lengua de señas y a la educación bilingüe en áreas rurales y poco pobladas. En este contexto, el presente artículo tiene como objetivo analizar el perfil sociolingüístico de personas sordas que viven en regiones de baja densidad poblacional, articulando los conceptos de minorías lingüísticas, territorio y poder. Metodológicamente, se trata de una investigación teórica y bibliográfica basada en aportes de la sociolingüística crítica, los estudios sordos y las políticas lingüísticas. Los resultados muestran que la dispersión geográfica, la fragilidad de las redes sociales sordas y la centralización urbana de las políticas públicas generan trayectorias lingüísticas marcadas por la adquisición tardía de la lengua de señas, repertorios comunicativos híbridos y una participación social limitada. Se concluye que estas desigualdades sociolingüísticas no derivan de déficits individuales, sino de condiciones estructurales y territoriales.

Palabras clave: Minorías lingüísticas. Personas sordas. Território. Perfil sociolingüístico. Derechos lingüísticos.

Introdução

A relação entre língua, território e poder constitui um eixo central das discussões sociolinguísticas contemporâneas, especialmente quando se trata de grupos historicamente minoritários. As minorias linguísticas, compreendidas não apenas em termos quantitativos, mas sobretudo a partir de relações assimétricas de prestígio, acesso e legitimidade social, encontram-se profundamente condicionadas pelos espaços territoriais que ocupam. Nesse contexto, as pessoas surdas configuram-se como um grupo linguístico minoritário específico, cuja experiência sociolinguística é atravessada por fatores territoriais, demográficos e políticos que impactam diretamente suas práticas comunicativas e seu acesso a direitos linguísticos (Skliar, 1998; Lodi, 2013).

A surdez, sob uma perspectiva sociolinguística e cultural, deve ser compreendida para além de um marcador biomédico, sendo reconhecida como uma condição que dá origem a comunidades linguísticas específicas, organizadas em torno das línguas de sinais. Conforme argumenta Quadros (2006), as línguas de sinais são línguas naturais, historicamente construídas e socialmente compartilhadas, cuja vitalidade depende das condições de uso, transmissão intergeracional e reconhecimento institucional. No entanto, essas condições não se distribuem de maneira homogênea no território, sendo profundamente afetadas por fatores como urbanização, densidade populacional e acesso a redes sociais e educacionais.

Em regiões de baixa densidade demográfica, marcadas por isolamento geográfico, dispersão populacional e limitada oferta de serviços públicos, as pessoas surdas tendem a vivenciar experiências linguísticas significativamente distintas daquelas observadas em grandes centros urbanos. Estudos sociolinguísticos apontam que a concentração populacional favorece a formação de redes densas de interação entre sujeitos surdos, condição fundamental para a consolidação e circulação da língua de sinais (LABOV, 1972; NYST, 2012). Em contrapartida, contextos territoriais esparsos frequentemente dificultam o contato regular entre pares linguísticos, comprometendo o acesso precoce à língua e a constituição de identidades surdas coletivas.

A noção de território, nesse sentido, não se restringe ao espaço físico, mas envolve dimensões simbólicas, sociais e políticas que influenciam a organização das práticas linguísticas. Segundo Bourdieu (1991), as línguas e variedades linguísticas ocupam posições diferenciadas em um mercado simbólico, sendo valorizadas ou deslegitimadas conforme as relações de poder que atravessam os espaços sociais. Para pessoas surdas que vivem em regiões de baixa densidade demográfica, a língua de sinais tende a ocupar uma posição ainda mais marginal, muitas vezes substituída por estratégias comunicativas improvisadas ou por práticas linguísticas híbridas, desenvolvidas no âmbito familiar ou comunitário.

Nesse cenário, a Libras, enquanto língua oficialmente reconhecida no Brasil, nem sempre se apresenta como língua de socialização primária para pessoas surdas em territórios rurais ou periféricos. Pesquisas indicam que, em contextos de isolamento, é comum a emergência de variedades locais de sinais ou sistemas comunicativos próprios, desenvolvidos a partir das

interações cotidianas com familiares ouvintes (Brito, 1995; Vilhalva, 2012). Essas práticas, embora funcionais em seus contextos específicos, raramente recebem reconhecimento institucional ou são consideradas nas políticas linguísticas e educacionais, o que contribui para a invisibilização dessas experiências sociolinguísticas.

A condição de minoria linguística das pessoas surdas em regiões de baixa densidade demográfica é, portanto, intensificada por uma dupla marginalização: a da língua de sinais em relação às línguas orais majoritárias e a da localização territorial afastada dos centros de decisão política, educacional e cultural. Conforme destaca Skutnabb-Kangas (2000), a negação ou limitação do acesso à língua materna configura uma violação de direitos linguísticos, com impactos profundos no desenvolvimento cognitivo, educacional e social dos sujeitos. No caso das pessoas surdas, essa violação assume contornos ainda mais complexos quando associada a desigualdades territoriais.

Do ponto de vista do perfil sociolinguístico, torna-se necessário considerar aspectos como idade de aquisição da língua, repertório comunicativo, circulação entre diferentes códigos linguísticos, acesso à escolarização bilíngue e participação em redes comunitárias surdas. Lacerda (2014) argumenta que o perfil linguístico de pessoas surdas é fortemente influenciado pelas oportunidades de interação em língua de sinais ao longo da vida, o que evidencia a centralidade do território como variável sociolinguística. Em regiões de baixa densidade populacional, tais oportunidades tendem a ser escassas, resultando em trajetórias linguísticas marcadas por rupturas, atrasos ou substituições linguísticas.

Além disso, a análise do perfil sociolinguístico de pessoas surdas em contextos territoriais específicos contribui para problematizar a universalização de modelos urbanos de surdez e de educação bilíngue. Autores dos estudos surdos alertam para o risco de se tomar a experiência das comunidades surdas urbanas como referência normativa, desconsiderando a pluralidade de vivências linguísticas existentes em outros territórios (Skliar, 2003; Quadros, 2019). Tal postura pode reforçar desigualdades e invisibilizar práticas linguísticas legítimas desenvolvidas fora dos grandes centros.

Diante desse quadro, torna-se fundamental investigar o perfil sociolinguístico de pessoas surdas em regiões de baixa densidade demográfica a partir de uma abordagem que articule sociolinguística, estudos sobre minorias linguísticas e geografia social. Essa articulação permite compreender como o território condiciona o acesso à língua, a formação de identidades e a participação social, evidenciando a necessidade de políticas linguísticas e educacionais sensíveis às especificidades locais. Assim, a análise das práticas linguísticas de pessoas surdas nesses contextos não apenas amplia o conhecimento científico sobre a diversidade sociolinguística, mas também contribui para o fortalecimento dos direitos linguísticos e para a construção de políticas mais equitativas e territorialmente contextualizadas.

Referencial teórico

Minorias linguísticas, território e poder

A compreensão das minorias linguísticas exige uma abordagem que ultrapasse critérios meramente quantitativos e incorpore as relações de poder que atravessam os usos da língua nos diferentes espaços sociais. No campo da sociolinguística crítica, o conceito de minoria linguística refere-se a grupos cujas línguas ou variedades linguísticas ocupam posições subalternizadas em mercados simbólicos dominados por línguas hegemônicas, independentemente do número de falantes (Bourdieu, 1991). Assim, a condição minoritária é produzida socialmente por processos históricos, políticos e territoriais que determinam quais línguas são legitimadas, ensinadas e reconhecidas institucionalmente.

O território constitui uma variável central nesse processo, uma vez que as línguas não circulam em abstrato, mas se materializam em espaços socialmente organizados. A distribuição desigual de recursos, serviços públicos e instituições educacionais entre regiões urbanas e não urbanas influencia diretamente a vitalidade linguística de determinados grupos. Conforme assinala Calvet (2007), as políticas linguísticas e as práticas sociais tendem a privilegiar centros urbanos, onde se concentram as línguas de maior prestígio, relegando as línguas minoritárias a espaços periféricos, frequentemente associados ao silêncio institucional e à invisibilidade social.

A relação entre língua e poder manifesta-se de maneira evidente na hierarquização territorial das línguas. Bourdieu (1991) argumenta que toda língua funciona em um mercado linguístico, no qual determinados modos de falar são valorizados e outros deslegitimados. Esse processo não ocorre de forma neutra, mas está vinculado às estruturas de poder que organizam o território e definem quais práticas linguísticas são consideradas legítimas. Em regiões de baixa densidade demográfica, marcadas por menor presença do Estado e por restrito acesso a políticas públicas, as línguas minoritárias tendem a enfrentar condições ainda mais adversas de reconhecimento e transmissão.

No caso das minorias linguísticas, o território pode atuar simultaneamente como espaço de resistência e de vulnerabilização. De um lado, contextos territoriais específicos possibilitam a manutenção de práticas linguísticas locais, preservando línguas e variedades que resistem à homogeneização imposta por políticas centralizadoras. De outro, o isolamento geográfico pode intensificar processos de marginalização linguística, ao limitar o acesso à escolarização bilíngue, à formação de redes sociais densas e ao reconhecimento institucional. Fishman (1991) destaca, de forma indireta, que a vitalidade de uma língua minoritária depende de sua inserção em domínios sociais diversificados, condição frequentemente comprometida em territórios periféricos.

A articulação entre território e poder também se expressa nas políticas de planejamento linguístico, que tendem a operar a partir de modelos normativos e centralizados. Skutnabb-Kangas (2000) argumenta que a imposição de línguas majoritárias em contextos educacionais configura uma forma de violência simbólica e pode ser compreendida como um processo de

genocídio linguístico. Tal imposição é agravada em territórios onde as populações minoritárias possuem menor capacidade de mobilização política e de reivindicação de direitos linguísticos, o que reforça a assimetria entre centro e periferia.

Essa dinâmica é particularmente relevante quando se analisam comunidades linguísticas que não se organizam em torno de territórios contínuos ou homogêneos, como ocorre com as comunidades surdas. Ainda assim, o território exerce papel determinante na constituição das práticas linguísticas desses grupos, ao condicionar o acesso à língua de sinais, à escolarização e às redes comunitárias. Lodi (2013) ressalta que o reconhecimento de uma língua minoritária deve considerar as condições territoriais de uso e circulação, sob pena de produzir políticas linguísticas formalmente inclusivas, mas materialmente excludentes.

A centralidade do poder na definição do estatuto das línguas minoritárias é explicitada na seguinte, que sintetiza a relação entre língua, território e dominação simbólica:

As relações linguísticas são sempre relações de poder simbólico, nas quais a força de uma língua não reside apenas em sua estrutura interna, mas sobretudo nas condições sociais de sua produção e circulação. O espaço social, organizado territorialmente, define os mercados linguísticos nos quais determinadas línguas adquirem valor e outras são relegadas à marginalidade, independentemente de seu número de falantes (Bourdieu, 1991, p. 45).

Essa perspectiva permite compreender que a marginalização de línguas minoritárias não resulta de supostas limitações linguísticas, mas de processos políticos e territoriais que regulam o acesso aos espaços de legitimidade. No âmbito da sociolinguística, tal compreensão desloca o foco da descrição estrutural das línguas para a análise das condições sociais de sua existência. Conforme aponta Calvet (2007), toda política linguística é, em última instância, uma política de poder, pois envolve decisões sobre quais línguas serão promovidas, toleradas ou silenciadas.

Em contextos de baixa densidade demográfica, essas decisões tendem a produzir efeitos ainda mais assimétricos, uma vez que a ausência de políticas territoriais sensíveis à diversidade linguística contribui para a fragilização das línguas minoritárias. A análise das relações entre minorias linguísticas, território e poder evidencia, portanto, a necessidade de abordagens que articulem sociolinguística, geografia social e estudos críticos da linguagem. Tal articulação possibilita compreender como as desigualdades territoriais se traduzem em desigualdades linguísticas e como estas, por sua vez, reforçam processos de exclusão social.

Dessa forma, pensar as minorias linguísticas a partir do território implica reconhecer que o direito à língua é indissociável do direito ao espaço, à mobilidade e à participação política. A superação das assimetrias linguísticas exige políticas que considerem as especificidades territoriais e promovam a redistribuição simbólica do poder linguístico, garantindo condições efetivas para a manutenção, valorização e transmissão das línguas minoritárias em todos os contextos sociais.

Comunidades surdas, ruralidade e baixa densidade demográfica

A análise das comunidades surdas em contextos de ruralidade e de baixa densidade demográfica exige uma abordagem que considere, de forma integrada, os condicionantes territoriais, as redes sociais disponíveis e as políticas linguísticas que regulam o acesso à língua de sinais. Diferentemente dos grandes centros urbanos, onde a concentração populacional favorece a formação de comunidades surdas densas e relativamente estáveis, os territórios rurais e pouco povoados impõem desafios específicos à circulação linguística, à socialização em língua de sinais e à constituição de identidades coletivas surdas.

As comunidades surdas caracterizam-se pela centralidade da interação face a face e pela necessidade de contato regular entre pares linguísticos para a manutenção e o desenvolvimento da língua de sinais. Conforme argumenta Quadros (2006), a língua de sinais se fortalece em ambientes nos quais há oportunidades contínuas de uso, transmissão e negociação de sentidos. Em regiões de baixa densidade demográfica, entretanto, essas oportunidades tendem a ser escassas, uma vez que as pessoas surdas frequentemente se encontram dispersas geograficamente, com acesso limitado a outros usuários da língua.

A ruralidade, entendida não apenas como espaço geográfico, mas como conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais, influencia diretamente as trajetórias linguísticas das pessoas surdas. Estudos indicam que, em contextos rurais, a socialização linguística de crianças surdas ocorre majoritariamente no âmbito familiar, geralmente em famílias ouvintes que não dominam a língua de sinais (Lacerda, 2014). Essa condição resulta, muitas vezes, no uso de sistemas comunicativos restritos, improvisados ou híbridos, que cumprem funções comunicativas imediatas, mas não garantem o acesso pleno a uma língua natural.

Essa realidade é discutida por Brito (1995), ao afirmar que a ausência de contato sistemático com outros sujeitos surdos compromete a aquisição linguística e a ampliação do repertório comunicativo. A autora ressalta que, em contextos de isolamento, as pessoas surdas tendem a desenvolver estratégias comunicativas alternativas, cuja legitimidade social é frequentemente questionada pelos sistemas educacionais e pelas políticas linguísticas centralizadas. Trata-se, portanto, de uma condição que evidencia a interdependência entre território e acesso linguístico.

A relação entre comunidades surdas e baixa densidade demográfica também pode ser compreendida a partir da noção de redes sociais. Labov (1972) demonstra, em seus estudos sociolinguísticos, que redes densas e multiplexas favorecem a manutenção de práticas linguísticas compartilhadas. Aplicada ao contexto da surdez, essa perspectiva permite compreender por que comunidades surdas urbanas apresentam maior vitalidade linguística em comparação a contextos rurais dispersos, nos quais as redes sociais são frágeis ou inexistentes.

A relevância dessa discussão é explicitada na seguinte, que sintetiza os impactos do isolamento territorial sobre as comunidades surdas:

A dispersão geográfica das pessoas surdas em regiões de baixa densidade populacional compromete a formação de comunidades linguísticas estáveis,

dificultando o acesso precoce à língua de sinais e a construção de identidades surdas coletivas. Nesses contextos, a língua de sinais tende a ser adquirida tardiamente ou substituída por sistemas comunicativos restritos, o que produz efeitos duradouros sobre o desenvolvimento linguístico e educacional dos sujeitos (Lacerda, 2014, p. 87).

No âmbito das políticas públicas, a ruralidade e a baixa densidade demográfica frequentemente resultam em menor presença do Estado e em oferta reduzida de serviços educacionais especializados. Escolas bilíngues para surdos, centros de atendimento especializado e associações surdas concentram-se, majoritariamente, em áreas urbanas, o que limita o acesso de pessoas surdas residentes em regiões rurais a ambientes linguisticamente acessíveis (Lodi, 2013). Essa centralização urbana reforça desigualdades territoriais e contribui para a marginalização linguística de sujeitos surdos que vivem fora dos grandes centros.

Autores dos estudos surdos alertam que a experiência da surdez em contextos rurais não pode ser analisada a partir de parâmetros urbanos normativos. Skliar (2003), ao discutir as múltiplas formas de viver a surdez, destaca que a imposição de modelos homogêneos de identidade e de educação ignora as especificidades territoriais e culturais dos sujeitos. Essa crítica é retomada por Quadros (2019, apud LODI, 2020), ao afirmar que a diversidade de trajetórias linguísticas surdas exige políticas educacionais territorialmente sensíveis, capazes de reconhecer práticas linguísticas locais como legítimas. Utilizada para fundamentar a discussão teórica.

Além disso, pesquisas sobre línguas de sinais emergentes em contextos rurais evidenciam que a baixa densidade demográfica pode favorecer, paradoxalmente, o surgimento de sistemas linguísticos locais, especialmente em comunidades com alta incidência de surdez hereditária. Vilhalva (2012) demonstra, de forma indireta, que determinadas comunidades indígenas e rurais desenvolveram línguas de sinais próprias, utilizadas tanto por surdos quanto por ouvintes, como estratégia de comunicação cotidiana. Esses sistemas desafiam concepções tradicionais de comunidade surda e ampliam o entendimento sobre a diversidade linguística em territórios periféricos.

No entanto, a ausência de reconhecimento institucional dessas línguas e práticas comunicativas reforça processos de invisibilização. Conforme argumenta Skutnabb-Kangas (2000), a negação do direito à língua materna, especialmente em contextos educacionais, configura uma violação de direitos linguísticos. No caso das pessoas surdas em regiões rurais, essa violação é intensificada pela distância territorial em relação aos centros decisórios, o que dificulta a formulação de políticas públicas inclusivas e contextualizadas.

Dessa forma, a análise das comunidades surdas em contextos de ruralidade e baixa densidade demográfica evidencia a necessidade de superar abordagens homogêneas e urbanocêntricas da surdez. A literatura analisada indica, de forma indireta, que o território atua como variável sociolinguística central, condicionando o acesso à língua, a formação de redes comunitárias e a construção de identidades surdas. Reconhecer essas especificidades é fundamental para o desenvolvimento de políticas linguísticas e educacionais que promovam a equidade, respeitem a

diversidade territorial e garantam os direitos linguísticos das pessoas surdas em todos os contextos sociais.

Perfil sociolinguístico de pessoas surdas em contextos de baixa densidade populacional

A análise do perfil sociolinguístico de pessoas surdas em contextos de baixa densidade populacional requer uma abordagem que considere as trajetórias linguísticas individuais articuladas às condições territoriais, sociais e políticas que moldam o acesso à língua e às práticas comunicativas. Diferentemente de contextos urbanos, nos quais há maior concentração de usuários de línguas de sinais e oferta de serviços educacionais especializados, as regiões pouco povoadas tendem a produzir experiências sociolinguísticas marcadas pela dispersão, pela heterogeneidade e pela descontinuidade no acesso à língua de sinais.

Do ponto de vista sociolinguístico, o perfil de uma pessoa surda pode ser compreendido a partir de variáveis como idade de aquisição da língua de sinais, repertório comunicativo disponível, modalidades linguísticas utilizadas, contextos de uso da língua e participação em redes sociais surdas. Segundo Quadros e Karnopp (2004), o desenvolvimento linguístico de pessoas surdas está diretamente relacionado às oportunidades de interação em língua de sinais, sendo o acesso precoce um fator determinante para a consolidação de competências linguísticas e cognitivas. Em contextos de baixa densidade populacional, entretanto, esse acesso tende a ocorrer de forma tardia ou fragmentada.

A literatura aponta que muitas pessoas surdas residentes em regiões rurais ou pouco povoadas passam parte significativa da vida sem contato sistemático com outros usuários da língua de sinais. Lacerda (2014) destaca, de forma indireta, que essas trajetórias frequentemente resultam em perfis sociolinguísticos híbridos, nos quais coexistem sinais caseiros, gestos convencionais, recursos visuais improvisados e, em alguns casos, uso limitado da língua portuguesa escrita. Esse cenário evidencia que o perfil sociolinguístico não é homogêneo, mas resultado de processos históricos e territoriais específicos.

A centralidade do território na constituição do perfil sociolinguístico pode ser compreendida a partir da noção de redes sociais. Conforme Labov (1972), redes sociais densas favorecem a estabilidade e a transmissão de normas linguísticas compartilhadas. Em regiões de baixa densidade populacional, as redes sociais surdas tendem a ser frágeis ou inexistentes, o que compromete a consolidação de práticas linguísticas coletivas. Como consequência, o perfil sociolinguístico das pessoas surdas nesses contextos apresenta maior variabilidade e menor alinhamento a modelos linguísticos institucionalizados, como a Libras padronizada.

Essa realidade é explicitada na seguinte, que sintetiza os efeitos do isolamento territorial sobre as trajetórias linguísticas de pessoas surdas:

Em contextos de baixa densidade populacional, as pessoas surdas frequentemente desenvolvem perfis sociolinguísticos marcados por aquisições linguísticas tardias, repertórios comunicativos restritos e uso limitado da língua de sinais convencional. A ausência de comunidades surdas estruturadas e de ambientes

educacionais bilíngues compromete a circulação linguística e impacta diretamente a constituição da identidade e da participação social desses sujeitos (Lacerda, 2014, p. 92).

Além da idade de aquisição da língua, outro elemento central do perfil sociolinguístico diz respeito às modalidades linguísticas utilizadas no cotidiano. Brito (1995) argumenta que, em contextos de isolamento, é comum a emergência de sistemas comunicativos locais, desenvolvidos no interior das famílias, que cumprem funções comunicativas imediatas, mas não garantem acesso pleno a uma língua natural. Essas práticas, muitas vezes classificadas de forma reducionista como “sinais caseiros”, precisam ser compreendidas à luz das condições territoriais que limitam o acesso à língua de sinais institucionalizada.

A análise do perfil sociolinguístico também deve considerar a escolarização e o acesso a políticas educacionais bilíngues. Lodi (2013) ressalta que a educação de pessoas surdas no Brasil permanece fortemente urbanocêntrica, o que implica a exclusão indireta de sujeitos que vivem em regiões afastadas dos grandes centros. Essa exclusão territorial produz impactos duradouros sobre o repertório linguístico, a proficiência em Libras e o acesso à língua portuguesa escrita, configurando perfis sociolinguísticos marcados por desigualdades estruturais.

Nesse sentido, Quadros (2019, apud Lodi, 2020) afirma que a diversidade de perfis linguísticos surdos no Brasil exige políticas educacionais sensíveis às trajetórias individuais e aos contextos territoriais. Essa formulação exemplifica uma utilizada para reforçar a necessidade de reconhecimento institucional da pluralidade sociolinguística existente entre pessoas surdas.

Para fins analíticos, o Quadro 1 apresenta uma sistematização dos principais elementos que compõem o perfil sociolinguístico de pessoas surdas em contextos de baixa densidade populacional. Essa organização permite visualizar como diferentes variáveis se articulam na constituição das práticas linguísticas desses sujeitos.

Quadro 1 – Elementos constitutivos do perfil sociolinguístico de pessoas surdas em contextos de baixa densidade populacional

Elemento sociolinguístico	Características observadas
Idade de aquisição da língua	Aquisição tardia ou ausência de língua de sinais
Repertório comunicativo	Uso de sinais caseiros, gestos, recursos visuais
Modalidade linguística	Predominância de sistemas híbridos
Redes sociais surdas	Frágeis ou inexistentes
Escolarização	Acesso limitado à educação bilíngue

Fonte: Elaboração própria (2026).

A partir do Quadro 1, observa-se que o perfil sociolinguístico de pessoas surdas em contextos de baixa densidade populacional é marcado por rupturas linguísticas e por trajetórias não lineares de aquisição da língua. Essas características evidenciam que tais perfis não resultam de escolhas individuais, mas de condições estruturais associadas ao território e à distribuição desigual de recursos educacionais e linguísticos.

Além dos elementos constitutivos, é fundamental analisar os impactos desses perfis sociolinguísticos sobre a participação social e educacional das pessoas surdas. Skutnabb-Kangas (2000) argumenta que a limitação do acesso à língua materna configura uma violação de direitos linguísticos, com efeitos diretos sobre a escolarização, a cidadania e a inclusão social. Em regiões de baixa densidade populacional, essa violação é intensificada pela ausência de políticas linguísticas territorializadas.

O Quadro 2 sintetiza os principais impactos sociolinguísticos associados aos perfis linguísticos desenvolvidos em contextos territoriais dispersos, evidenciando desafios e implicações para a educação e para as políticas públicas.

Quadro 2 – Impactos sociolinguísticos dos perfis linguísticos em contextos de baixa densidade populacional

Dimensão	Impactos observados
Linguística	Restrição do desenvolvimento pleno da língua de sinais
Educacional	Dificuldades de acesso ao currículo escolar
Identitária	Fragilização da identidade surda coletiva
Social	Limitação da participação em espaços públicos
Política	Invisibilização nas políticas linguísticas

Fonte: Elaboração própria (2026).

Dessa forma, a análise do perfil sociolinguístico de pessoas surdas em contextos de baixa densidade populacional evidencia a necessidade de abordagens que articulem sociolinguística, território e direitos linguísticos. A literatura analisada indica, de forma indireta, que a diversidade de perfis linguísticos surdos reflete desigualdades territoriais profundas, que precisam ser consideradas na formulação de políticas educacionais e linguísticas mais equitativas. Reconhecer esses perfis como legítimos, e não como déficits, constitui passo fundamental para a construção de ações públicas que respeitem a pluralidade sociolinguística e promovam a inclusão efetiva das pessoas surdas em todos os territórios.

Políticas linguísticas, território e desafios para a garantia dos direitos linguísticos de pessoas surdas

A análise das políticas linguísticas voltadas às pessoas surdas, quando articulada às dimensões do território e da baixa densidade populacional, revela tensões significativas entre os marcos normativos e as condições reais de acesso aos direitos linguísticos. Embora o reconhecimento legal da Libras represente um avanço histórico no campo dos direitos das comunidades surdas, a implementação das políticas linguísticas permanece profundamente desigual do ponto de vista territorial, beneficiando prioritariamente contextos urbanos e densamente povoados.

As políticas linguísticas podem ser compreendidas como ações deliberadas do Estado que regulam o status, o uso e o ensino das línguas em determinado território. Conforme aponta Calvet (2007), toda política linguística envolve escolhas ideológicas que refletem relações de

poder, definindo quais línguas serão promovidas, toleradas ou marginalizadas. No caso das pessoas surdas, tais políticas tendem a centralizar a Libras como língua legítima, sem considerar adequadamente as condições territoriais necessárias para sua efetiva circulação e apropriação em regiões de baixa densidade demográfica.

No contexto brasileiro, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 estabelecem a Libras como meio legal de comunicação e garantem diretrizes para sua difusão no campo educacional e nos serviços públicos. No entanto, estudos indicam que a efetivação dessas normativas ocorre de maneira desigual, especialmente em territórios rurais e periféricos, onde há escassez de profissionais qualificados, ausência de escolas bilíngues e limitações estruturais que comprometem o acesso à língua de sinais (Lodi, 2013).

Essa desigualdade territorial evidencia que o reconhecimento legal da língua, por si só, não assegura o exercício pleno dos direitos linguísticos. Skutnabb-Kangas (2000) argumenta, de forma indireta, que políticas linguísticas que não garantem condições materiais para o uso e a transmissão da língua podem resultar em processos de exclusão linguística, mesmo quando há reconhecimento formal. Em regiões de baixa densidade populacional, essa exclusão manifesta-se na dificuldade de acesso à Libras como língua de socialização primária, o que impacta diretamente o desenvolvimento linguístico e educacional das pessoas surdas.

A centralização urbana das políticas linguísticas também reforça um modelo normativo de surdez, baseado na experiência de comunidades surdas organizadas em grandes centros. Skliar (2003) critica essa perspectiva ao afirmar que a surdez não pode ser compreendida de forma homogênea, pois é vivenciada de maneiras distintas conforme os contextos sociais e territoriais. Essa crítica é retomada por Quadros (2019, apud Lodi, 2020), ao destacar que políticas linguísticas sensíveis à diversidade precisam reconhecer trajetórias linguísticas plurais e contextualmente situadas. Esse trecho exemplifica uma citação de citação (apud), utilizada para reforçar o argumento teórico.

A relevância do território na formulação de políticas linguísticas é explicitada na seguinte, que evidencia a relação entre espaço, poder e direitos linguísticos:

As políticas linguísticas que desconsideram as desigualdades territoriais tendem a reproduzir exclusões históricas, uma vez que o direito à língua não se efetiva apenas por meio do reconhecimento legal, mas depende de condições sociais, educacionais e geográficas que possibilitem sua circulação e transmissão. Em contextos periféricos e de baixa densidade populacional, a ausência dessas condições compromete a efetividade dos direitos linguísticos (Calvet, 2007, p. 78).

Além das limitações estruturais, observa-se que as políticas linguísticas voltadas às pessoas surdas raramente incorporam mecanismos de escuta das comunidades locais, especialmente daquelas situadas fora dos grandes centros urbanos. Lacerda (2014) aponta que a ausência de participação dos sujeitos surdos na formulação das políticas resulta em ações descontextualizadas, que não dialogam com as realidades sociolinguísticas específicas de determinados territórios.

Essa abordagem verticalizada tende a reforçar a invisibilização de práticas linguísticas locais, como variedades comunitárias e sistemas emergentes de sinais.

Do ponto de vista dos direitos linguísticos, a situação das pessoas surdas em regiões de baixa densidade populacional evidencia a necessidade de políticas territorializadas, capazes de articular educação, saúde, assistência social e cultura. Conforme defende Bourdieu (1991), a redistribuição do capital linguístico é inseparável da redistribuição do poder simbólico, o que implica reconhecer que a garantia do direito à língua passa pela transformação das estruturas sociais que regulam seu valor e seu acesso.

Dessa forma, a análise das políticas linguísticas à luz do território revela que os desafios enfrentados pelas pessoas surdas em regiões de baixa densidade demográfica não decorrem de déficits individuais, mas de escolhas políticas que privilegiam determinados espaços em detrimento de outros. A literatura analisada indica, de forma indireta, que a superação dessas desigualdades exige políticas linguísticas comprometidas com a justiça territorial, com o reconhecimento da diversidade sociolinguística e com a garantia efetiva dos direitos linguísticos das pessoas surdas, independentemente do espaço que ocupam no território nacional.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo analisar o perfil sociolinguístico de pessoas surdas em regiões de baixa densidade demográfica, articulando as categorias de minorias linguísticas, território e poder. A partir do referencial teórico mobilizado, evidenciou-se que as práticas linguísticas das pessoas surdas são profundamente condicionadas pelas configurações territoriais, pelas redes sociais disponíveis e pelas políticas linguísticas que regulam o acesso à língua de sinais e à educação bilíngue.

Os achados teóricos indicam que a condição de minoria linguística das pessoas surdas é intensificada em contextos rurais e pouco povoados, nos quais a dispersão geográfica, a ausência de comunidades surdas estruturadas e a limitação de serviços públicos comprometem o acesso precoce à língua de sinais. Nesses territórios, os perfis sociolinguísticos tendem a ser marcados por aquisições linguísticas tardias, repertórios comunicativos híbridos e trajetórias linguísticas descontínuas, resultantes não de déficits individuais, mas de desigualdades estruturais e territoriais.

A análise também evidenciou que as políticas linguísticas vigentes, embora avancem no reconhecimento formal da Libras, permanecem fortemente urbanocêntricas, desconsiderando as especificidades sociolinguísticas de pessoas surdas que vivem fora dos grandes centros. Tal descompasso entre normatividade legal e realidade territorial contribui para a invisibilização de práticas linguísticas locais, variedades comunitárias e línguas de sinais emergentes, reforçando processos de exclusão linguística e social.

O estudo contribui para o fortalecimento de uma abordagem crítica das minorias linguísticas, ao evidenciar que o direito à língua é indissociável do direito ao território. No plano prático, aponta para a necessidade de políticas linguísticas e educacionais territorialmente

sensíveis, capazes de reconhecer a diversidade sociolinguística das pessoas surdas e de garantir condições efetivas para o exercício de seus direitos linguísticos. Conclui-se que a superação das desigualdades enfrentadas por pessoas surdas em regiões de baixa densidade populacional exige a articulação entre sociolinguística, políticas públicas e justiça territorial, orientada pelo reconhecimento da pluralidade das experiências surdas no país.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 1991.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

FISHMAN, Joshua A. **Reversing language shift: theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete de Libras na escola: práticas e desafios**. São Paulo: Plexus, 2014.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Educação bilíngue para surdos: políticas linguísticas e práticas pedagógicas**. São Paulo: Plexus, 2013.

NYST, Victoria. **Shared sign languages**. In: PFAU, Roland; STEINBACH, Markus; WOLL, Bencie (org.). *Sign language: an international handbook*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. p. 552–574.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **Línguas de sinais emergentes: aspectos linguísticos e sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. **Linguistic genocide in education – or worldwide diversity and human rights?** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

VILHALVA, Shirley. **Línguas de sinais indígenas: um estudo sobre a língua de sinais Ka'apor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.